

O Serviço Social e a Superação das Desigualdades Sociais 2

Thaislayne Nunes de Oliveira
(Organizadora)



O Serviço Social e a Superação das Desigualdades Sociais 2

Thaislayne Nunes de Oliveira
(Organizadora)



Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremona

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás

Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lúvia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior

Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará

Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco

Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal

Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba

Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão

Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo

Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana

Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí

Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo

Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Maria Alice Pinheiro
Correção: David Emanuel Freitas
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizadora: Thaislayne Nunes de Oliveira

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S491 O serviço social e a superação das desigualdades sociais 2 /
Organizadora Thaislayne Nunes de Oliveira. – Ponta
Grossa - PR: Atena, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-665-2

DOI 10.22533/at.ed.652201512

1. Serviço Social. I. Oliveira, Thaislayne Nunes de
(Organizadora). II. Título.

CDD 361.3

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos.

APRESENTAÇÃO

Caro leitor, o volume 2 do livro “O Serviço Social e a Superação das Desigualdades Sociais” dá continuidade a discussão acerca do Serviço Social e políticas públicas. E neste volume ainda são expostas três experiências internacionais. Ao todo são 21 artigos, que apresentam diferentes objetos, análises críticas e abordagens metodológicas.

Novamente optamos por dividir os artigos em eixos centrais. O primeiro eixo versa sobre “questão social”, trabalho, formação profissional, pesquisa e extensão em Serviço Social. Já o segundo eixo identifica estudos de diferentes áreas da Política Pública de Saúde; é um eixo plural e contempla diferentes lócus e espaços socioocupacionais. Aborda aspectos relacionados à saúde pública e efetivação dos direitos, dos usuários com doenças graves e respectivos acompanhamentos na alta complexidade, violência contra mulheres e ainda expõe a vivência do processo de trabalho junto à população surda.

O terceiro eixo trata-se da Política Pública Assistência Social. Os autores trabalham aspectos inerentes a atual conjuntura brasileira e analisam experiências locais. As contribuições tratam da política pública diante da política da austeridade, sobre o sofrimento dos profissionais no âmbito do SUAS, da participação da sociedade civil (inclusive trabalhando narrativa das mulheres negras acompanhadas por um CRAS), e finalizando, a discussão deste eixo, há um estudo sobre o reordenamento das entidades socioassistenciais na relação público x privado.

No quarto eixo é possível localizar a perspectiva da contrarreforma do Estado e a política de Educação no Brasil, sobre a institucionalização dos adolescentes e sobre o sistema prisional no Brasil, mas precisamente a efetividade das políticas educacionais. O quinto, e último eixo, apresenta a experiência internacional do Serviço Social, ou também conhecido e abordado nos países da América Latina, como: Trabalho Social ou “Trabajo Social”. A discussão apresenta elementos sobre a formação profissional, a atualização curricular e sobre o processo de intervenção profissional.

Como foi possível perceber esta coletânea realiza uma discussão plural e contemporânea. Com isso, torna-se uma leitura essencial, que visa contribuir ao alunado e aos profissionais que compõe o Serviço Social. Meus caros, como apontado no primeiro volume deste livro, estamos vivendo em tempos adversos, que tem refletido no desenvolvimento do processo de trabalho do Assistente Social e no desenvolvimento das políticas públicas brasileiras. Logo, proporcionar a visibilidade dessa discussão ratifica a importância de caminharmos para a efetivação das garantias legais já alcançadas - sem retroceder, bem como no desenvolvimento de outras.

Thaislayne Nunes de Oliveira

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

TRABALHO, QUESTÃO SOCIAL, SERVIÇO SOCIAL E OS SEUS DESDOBRAMENTOS NA CONTEMPORANEIDADE

Dayane Karoline Souza de Almeida

Ellen Kelly Ferreira

Ingrid Gomes de Araújo

Marcela da Silva Alves Gomes

DOI 10.22533/at.ed.6522015121

CAPÍTULO 2..... 6

DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO: IMPACTOS NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL, SIGNIFICADO SOCIAL E IDEOPOLÍTICO

Caroline Ramos do Carmo de Souza

DOI 10.22533/at.ed.6522015122

CAPÍTULO 3..... 19

FORMAÇÃO E TRABALHO DOS ASSISTENTES SOCIAIS NA PERSPECTIVA DOS PRINCÍPIOS RELIGIOSOS E ÉTICO-POLÍTICOS

Verônica Gonçalves Azeredo

Pollyanna de Souza Carvalho

Letícia Machado de Araujo

DOI 10.22533/at.ed.6522015123

CAPÍTULO 4..... 31

O CIPÓSS E AS ATIVIDADES DE PESQUISA E EXTENSÃO NO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA UFRB: QUADRIÊNIO 2017-2020

Heleni Duarte Dantas de Ávila

Jucileide Ferreira do Nascimento

DOI 10.22533/at.ed.6522015124

CAPÍTULO 5..... 42

SERVIÇO SOCIAL E A MULTIPROFISSIONALIDADE NA ALTA COMPLEXIDADE: DESVENDANDO CAMINHOS DE GARANTIA A INTEGRALIDADE E EFETIVAÇÃO DE DIREITOS

Amanda Caroline da Fé Pereira

DOI 10.22533/at.ed.6522015125

CAPÍTULO 6..... 52

A POLÍTICA ASSISTENCIAL EM SAÚDE: UM ESTUDO SOBRE O DIREITO DOS PACIENTES COM INDICAÇÃO AO TRANSPLANTE

Josiane da Costa Sena

DOI 10.22533/at.ed.6522015126

CAPÍTULO 7	64
COMUNICAÇÃO E SERVIÇO SOCIAL NA PERSPECTIVA DOS CUIDADOS PALIATIVOS ONCOLÓGICOS	
Aline Baptista Aguiar	
DOI 10.22533/at.ed.6522015127	
CAPÍTULO 8	76
VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES: A REALIDADE DE IDOSAS DO SUL DA ILHA FLORIANÓPOLIS/SC	
Jozadake Petry Fausto Vitorino	
Maria Regina de Avila Moreira	
DOI 10.22533/at.ed.6522015128	
CAPÍTULO 9	89
ATENÇÃO EM SAÚDE DA POPULAÇÃO SURDA: UMA REVISÃO INTEGRATIVA	
Xênia Maria Tamborena Barros	
Luiz Fernando Calage Alvarenga	
DOI 10.22533/at.ed.6522015129	
CAPÍTULO 10	97
VOCÊ CONSEGUE ESCUTAR O SILÊNCIO? ATENDIMENTO AO PACIENTE SURDO NO ÂMBITO HOSPITALAR E O DIREITO À AUTODETERMINAÇÃO	
Geneviève Lopes Pedebos	
Xenia Maria Tamborena Barros	
DOI 10.22533/at.ed.65220151210	
CAPÍTULO 11	104
ASSISTÊNCIA SOCIAL EM TEMPOS DE AUSTERIDADE: DESAFIOS DA IMPLEMENTAÇÃO NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO	
Ariane Rego de Paiva	
João Vitor Bitencourt	
Ana Gabriela de Paiva Gonçalves	
DOI 10.22533/at.ed.65220151211	
CAPÍTULO 12	120
O SOFRIMENTO DO ASSISTENTE SOCIAL NO ÂMBITO DO SUAS MODALIDADES DE PESQUISA: PESQUISA TEÓRICA	
Regina Celia de Souza Beretta	
Thércius Oliveira Tasso	
DOI 10.22533/at.ed.65220151212	
CAPÍTULO 13	130
SOCIEDADE CIVIL E PARTICIPAÇÃO DEMOCRÁTICA: OS CONSELHOS MUNICIPAIS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
Fabiana Luiza Negri	
DOI 10.22533/at.ed.65220151213	

CAPÍTULO 14.....	142
A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EM FORTALEZA-CE: NARRATIVAS DE MULHERES NEGRAS USUÁRIAS DE CENTROS DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
Graziela de Oliveira Almeida	
Leila Maria Passos de Souza Bezerra	
DOI 10.22533/at.ed.65220151214	
CAPÍTULO 15.....	156
O REORDENAMENTO DAS ENTIDADES SOCIOASSISTENCIAIS NA RELAÇÃO PÚBLICO X PRIVADO, NO MUNICÍPIO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES-RJ	
Ketnen Rose Medeiros Barreto	
DOI 10.22533/at.ed.65220151215	
CAPÍTULO 16.....	167
UMA ANÁLISE DAS INTERCONEXÕES ENTRE A CONTRARREFORMA DO ESTADO E DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO NO BRASIL	
Raquel Cristina Lucas Mota	
DOI 10.22533/at.ed.65220151216	
CAPÍTULO 17.....	179
PROCESSO DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DE ADOLESCENTES AUTORES DE ATO INFRAACIONAL E SISTEMA SOCIOEDUCATIVO CEARENSE	
Ana Camila Ribeiro de Paula	
Leila Maria Passos de Souza Bezerra	
DOI 10.22533/at.ed.65220151217	
CAPÍTULO 18.....	194
A IMPLEMENTAÇÃO E A EFETIVIDADE DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS NO SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO	
Roberta Gomes Leite Baptista	
DOI 10.22533/at.ed.65220151218	
CAPÍTULO 19.....	209
ACREDITACIÓN DE CARRERAS: OPORTUNIDAD PARA LA ACTUALIZACIÓN CURRICULAR Y MEJORA CONTINUA DE LA FORMACIÓN EN TRABAJO SOCIAL	
Paula Leiva Sandova	
DOI 10.22533/at.ed.65220151219	
CAPÍTULO 20.....	220
LA EDUCACIÓN DESCOLONIZADORA, COMUNITARIA Y PRODUCTIVA PARA LA FORMACIÓN DEL TRABAJO SOCIAL	
Natalia Rosario Aranibar Escarcha	
DOI 10.22533/at.ed.65220151220	

CAPÍTULO 21.....	232
TALLER REFLEXIVO SOBRE FOTOINTERVENCIÓN. UNA TÉCNICA DE INVESTIGACIÓN SOCIAL CRÍTICA	
María Rocío Menanteux Suazo	
DOI 10.22533/at.ed.65220151221	
SOBRE A ORGANIZADORA.....	240
ÍNDICE REMISSIVO.....	241

CAPÍTULO 15

O REORDENAMENTO DAS ENTIDADES SOCIOASSISTENCIAIS NA RELAÇÃO PÚBLICO X PRIVADO, NO MUNICÍPIO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES-RJ

Data de aceite: 01/12/2020

Data de submissão: 25/09/2020

Ketnen Rose Medeiros Barreto

Universidade Federal Fluminense/Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional/Serviço Social de Campos. Campos dos Goytacazes-RJ.
<http://lattes.cnpq.br/0184262421096449>.
<https://orcid.org/0000-0001-9534-4284>.

RESUMO: este trabalho consiste na apresentação da proposta investigativa que busca o conhecimento do processo de reordenamento das entidades privadas e de organizações da sociedade civil (OSCs), em Campos dos Goytacazes/RJ e sua relação de parceria com o Estado, após a Tipificação dos Serviços Socioassistenciais, que passou a demandar novas configurações para as instituições públicas e privadas, de modo a padronizar os serviços de proteção social básica e especial, assim como as exigências do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil, que estabeleceu regras que estruturam as relações de parceria com órgãos da administração pública, sob regime jurídico.

PALAVRAS - CHAVE: Assistência Social, Entidades Socioassistenciais, Relação público x privado.

THE REORDINATION OF SOCIAL ASSISTANCE ENTITIES IN PUBLIC X PRIVATE RELATIONSHIP, IN THE MUNICIPALITY OF CAMPOS DOS GOYTACAZES-RJ

ABSTRACT: this work consists of the presentation of the research proposal that seeks to understand the process of reorganization of private entities and civil society organizations (CSOs), in Campos dos Goytacazes-RJ and its relation of partnership with the State, after the Typification of Socio, which began to demand new configurations for public and private institutions, in order to standardize the basic and special social protection services, as well as the requirements of the Regulatory Framework of Civil Society Organizations, which established rules that structure the relations of partnership with organs of public administration, under a legal regime.

KEYWORDS: Social Assistance, Social Assistance Organizations, Private Public Relations.

1 | INTRODUÇÃO

O trabalho ora apresentado consiste numa exposição do projeto de pesquisa vinculado ao Grupo de Estudos e Pesquisa em Serviço Social, Políticas Públicas e Controle Social do Departamento de Serviço Social de Campos, da Universidade Federal Fluminense, cuja proposta investigativa consiste numa busca de conhecimento do processo de reordenamento das entidades privadas e organizações da

sociedade civil (OSCs), a partir da Resolução do Conselho Nacional de Assistência Social, nº 109/09¹, conhecida por Tipificação dos Serviços Socioassistenciais, e da relação dessas com o poder público, após as alterações trazidas pelo Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC), Lei nº 13.019, de 2014.

Com objetivo de analisar a relação público x privado, junto à rede de serviços socioassistenciais do município de Campos dos Goytacazes, a pesquisa propõe-se a mapear o conjunto de serviços, programas e projetos no âmbito da Assistência Social, ofertados pelas instituições privadas no referido município, traçando o perfil histórico e social após as alterações, no processo de cofinanciamento, estabelecidas pela Tipificação dos Serviços e pela MIROSC.

2 | DESENVOLVIMENTO

2.1 A Política Nacional de Assistência Social na contradição de seus marcos legais

A Assistência Social, ao longo das últimas décadas, vem-se consolidando como política pública, por meio de mecanismos legais, como a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), em 2005, que deu organicidade e sistematização à assistência no Brasil, com a articulação entre as três esferas de governo. Adentrado a história da política de Assistência Social, nos últimos vinte anos, vemos que, em 2004, o Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), após reelaboração da Política Nacional de Assistência Social – PNAS, a partir das deliberações da IV Conferência Nacional de Assistência Social², deu “o pontapé” inicial para a construção do Sistema Único de Assistência Social- SUAS, em todo território nacional.

A PNAS/04 é a expressão das reformulações necessárias, desde a implementação da LOAS. Essa definiu o modelo de gestão e apresentou as diretrizes para a efetivação da Assistência Social como direito de cidadania e responsabilidade do Estado. Nesse processo, a construção das Normas Operativas do SUAS o estabeleceu como um sistema público não contributivo, descentralizado e participativo, que tem por função a gestão do conteúdo específico da Assistência Social, no campo da proteção social brasileira (PNAS 2004, p. 32).

O SUAS está voltado para articulação, em todo território nacional, das responsabilidades vínculos e hierarquia, do sistema de serviços, benefícios e ações de Assistência Social, de caráter permanente ou eventual, executados e providos por pessoas jurídicas de direito público sob o critério de universalidade e de ação em rede hierarquizada e em articulação com iniciativas da sociedade civil. Esse é constituído pelo conjunto de serviços, programas, projetos e benefícios, no âmbito da Assistência Social,

¹ Reimpressa na Resolução CNAS nº 13, de 13 de maio de 2014.

² Realizada em Brasília/DF em 2003.

prestados diretamente por órgãos e instituições públicas federais, estaduais e municipais da administração direta e indireta e das fundações mantidas pelo poder público. É modo de gestão compartilhada que divide responsabilidades para instalar, regular, manter e expandir as ações de Assistência Social (YASBEK, 2006, p.130).

A Política Nacional de Assistência Social, na condição de expressão da luta da sociedade civil, por meio de Fóruns e Conferências, movimento dos trabalhadores da Assistência Social (em especial os assistentes sociais), estudos e pesquisas acadêmicas, representou uma mudança de paradigma no campo dessa política. Ao consolidar a LOAS e construir mecanismos legais para criação do SUAS, como modelo próprio e único de gestão, em todo o território nacional, a PNAS afirmou a Assistência Social como política pública de direito dos cidadãos e de dever do Estado, ampliando seu alcance para os não contribuintes, contrariando a lógica da “cidadania regulada”.

Todavia as mudanças legalmente regulamentadas, na PNAS, reforçam o caráter da necessidade, ratificando o discurso de um Estado “protetor”, garantidor dos “mínimos sociais”, que deve “vigiar, proteger e defender os mais pobres”. A construção do SUAS, como gestão de um sistema unificado, vem sendo regida pela ideia de ampliação e aproximação entre a Assistência Social e seu público alvo, revelando uma forte preocupação com as formas gestoras dessa, o que tem implicado sua tecnificação, do ponto de vista da instrumentalização da questão social, ou uma hipervalorização das análises técnicas da pobreza.

Segundo Mauriel (2010, p.174-175), o excessivo “produtivismo de dados, de avaliações, de registros intermináveis, nas e das políticas sociais, desconsidera compromissos históricos com a cidadania, especialmente no que se refere aos princípios constitucionais brasileiros”, comprova a Assistência, não como uma política de Seguridade Social, mas de combate à pobreza.

Nesse processo, a PNAS aponta para uma nova “concepção de Assistência”, desvinculada das causas da pobreza de seus determinantes estruturais, separando os indivíduos submetidos a essa condição de seus lugares no sistema produtivo, “passando a assistência a constituir um atributo individual para aqueles que ‘moralmente’ têm direito ou potencialidade para se capacitarem” (MAURIEL, 2010, p. 178).

A construção do SUAS, como gestão de um sistema unificado, regido pela ideia de ampliação e aproximação da política com a realidade cotidiana de seu público-alvo, revela uma forte preocupação com a extensão dos serviços prestados e com sua eficácia, na condição de direito social. Segundo Teixeira (2014, p. 258), uma das contradições presentes na PNAS/04 refere-se a seu arcabouço conceitual que incide em “interpretações com riscos a regressões conservadoras na gestão e no atendimento”.

Os termos de segurança, proteção e defesa social, que referendam os serviços socioassistenciais nos moldes do SUAS, denotam uma “conceituação da sociedade a partir de categorias despolitizadoras do real” (MOTA, 2007, p. 46), em que os sujeitos que

acessam a Política de Assistência Social aparecem como um grupo vulnerável, fragilizado e incapaz de defende-se por si mesmo. Os princípios e diretrizes da PNAS, centralizados no discurso da segurança social, ainda que atrelados à proteção e a defesa social, remetem-se à reprodução social capitalista, não reconhecendo os mais necessitados como sujeitos políticos que podem participar e lutar por seus direitos, mas como dependentes que precisam do Estado seja para sobreviverem materialmente, seja para se reestabelecerem moralmente como seres sociais.

A desvinculação da Assistência Social das relações sociais presentes ao trabalho, na lógica capitalista, perpetua-se, na atual PNAS, apesar dos avanços jurídicos-legais dessa, em que os serviços e programas afiançados pelo Estado, ao mesmo tempo, são limitados e não caminham para a independência dos indivíduos.

Na verdade, a Assistência Social cumpre um importante papel no desenvolvimento do Estado neoliberal, garantindo os mínimos sociais, demonstrando que a verdadeira “segurança” é remetida aos interesses da reprodução capitalista e, não, dos cidadãos. Couto, Yasbek e Raichellis (2016, p. 54) comungam da ideia de que as políticas sociais, sempre, tiveram pouca efetividade social no Brasil e expressaram sua estreita ligação com os interesses econômicos, sobretudo na Política de Assistência Social.

No processo de unificação da gestão da Assistência Social brasileira, em novembro de 2009, foi publicada a Resolução nº 109, que traz a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, que descreve os serviços da Proteção Social Básica e da Proteção Social Especial.

Essa normativa possibilitou a padronização, em todo território nacional, dos serviços de proteção social básica e especial, estabelecendo seus conteúdos essenciais, público a ser atendido, propósito de cada um deles e os resultados esperados para a garantia dos direitos socioassistenciais. Além das provisões, aquisições, condições e formas de acesso, unidades de referência para a sua realização, período de funcionamento, abrangência, a articulação em rede, o impacto esperado e suas regulamentações específicas e gerais (BRASIL, 2009).

A Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais representou uma conquista para a Assistência Social brasileira, alcançando um novo patamar, estabelecendo tipologias que, sem dúvidas, corroboram a ressignificação da oferta e da garantia do direito socioassistencial, contudo trouxe, para as instituições públicas e privadas, uma série de recomendações para a oferta dos serviços e dos programas da Proteção Social Básica e Especial (média e alta complexidade), que demandaram recursos financeiros e humanos. Nesse processo, as entidades socioassistenciais que ofertam serviços de média e alta complexidade tiveram que se reordenar tanto em suas estruturas físicas e financeiras, quanto na forma de atendimento.

O reordenamento das entidades socioassistenciais passou a ser uma exigência com prazo determinados, para que pudessem continuar firmando parcerias com o poder

público. A Tipificação tornou-se, assim, um “problema” para entidades que não dispunham recursos para se reordenar ou para atender as regulamentações; e para outras que, por influências religiosas, não conseguem romper com suas formas doutrinárias e filantrópicas de atendimento.

Ao mesmo tempo, várias instituições públicas da Assistência Social também descumprem a Resolução nº 109 e não podem “abrir mão” das parcerias privadas, pois não dispõem dos serviços na rede pública, sobretudo dos de alta complexidade.

Tais questões se processam de forma conflituosa, quando se trata de atender à Tipificação dos Serviços Socioassistenciais, o que nos desperta o interesse pela pesquisa nesse tema.

2.2 As entidades socioassistenciais na relação público x privado

A incorporação do projeto neoliberal, cuja proposta se centra nos princípios do Estado Mínimo, estimulou a participação da sociedade civil conforme exigências dos organismos internacionais, de modo que essa foi obrigada a assumir os custos da crise, passando a desenvolver ações, programas e serviços sociais de responsabilidade estatal. Assistimos, assim, à expansão do chamado terceiro setor, que, colocado à parte do Estado e do mercado, configura-se como

(...) ações desenvolvidas por organizações da sociedade civil, que assumem as funções de resposta às demandas sociais: solidariedade, voluntariado, autorresponsabilização e individualização (substituindo os valores de solidariedade social e universalidade e direito dos serviços, típico de “Bem-estar” (MONTANO; DURIGUETTO, 2011, p. 306).

Para Landim (1998, p. 61), o “terceiro setor” é um termo importado que foi apropriado, no Brasil, para designar questões da sociedade civil, que se disseminou no campo das ações sociais e dos debates políticos dos anos 1990. A autora enfatiza, ainda, que, de procedência norte-americana, o terceiro setor está atrelado ao associativismo e ao voluntarismo, usado, naturalmente, pelo setor privado no desenvolvimento da chamada filantropia empresarial.

Desse modo, o terceiro setor evoca a sociedade civil para o enfrentamento das mais variadas formas de expressão da questão social, constituindo-se numa variedade de organizações consideradas fora do âmbito público e, ao mesmo tempo, sem fins lucrativos, afirmando os valores como autonomia, altruísmo e confiabilidade, ao mesmo tempo que se expressa por uma pseudo neutralidade política e econômica. Vemos que, no processo democrático, esse se identifica como sociedade civil, por meio de entidades prestadoras de serviços e apresentam-se com um setor voltado para os interesses da coletividade, como uma esfera societária fora do Estado (primeiro setor) e do Mercado (segundo setor) (MONTAÑO, 2010, p. 53).

Na verdade, a lógica da democracia liberal burguesa, classificada como

representativa, adota, no processo de contrarreforma do Estado, um conceito de sociedade civil afinado aos interesses neoliberais, que a despolutiza e a esvazia de seu papel nas correlações de forças.

Ressaltamos que o conceito de sociedade civil, sob a ótica neoliberal, contraria as ideias gramscianas atreladas a uma perspectiva de totalidade, a que o pensador sardo recorre para enriquecer e para dar novas determinações à teoria marxista de Estado, o que não anula o princípio básico do materialismo histórico, segundo o qual a produção e a reprodução da vida material é formada, precisamente, pelo conjunto das organizações, responsáveis pela elaboração das ideologias, sejam elas do grupo dominante ou não.

A sociedade civil consiste, materialmente, num conjunto de instituições ou de “aparelhos privados de hegemonia” e de instâncias de associação voluntária, dotados dos mais variados formatos. Já a sociedade política, para Gramsci, está representada naquilo que ele conceitua como “Estado restrito” ou “Estado-coerção”, formada por um conjunto de mecanismos por meio dos quais a classe dominante detém o monopólio legal da repressão e da violência, que se identificam como os aparelhos coercitivos ou repressivos do Estado, controlados pelas burocracias. Assim, preserva-se a noção clássica do Estado, isto é, são os organismos que integram o aparato burocrático-militar, os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário (GRAMSCI, 2002, p. 235-236, [6, 81]).

Nesse sentido, a sociedade civil passa a ser, em Gramsci, um espaço de organizações voltadas para a formação de uma consciência e de uma identidade de grupos, assim como a defesa dos interesses coletivos. Segundo SIMIONATTO (1999), no Século XX, novas formulações teóricas, no conceito de sociedade civil, trazem à tona não apenas o pensamento de Gramsci, como “Instrumento de projeto”, mas, também, significados diferentes daqueles em relação ao século XIX, uma vez que, agora, a sociedade civil passa a ser debatida numa relação tripartite, diferenciada tanto do mercado como do Estado, dotada de “virtudes”, capaz de substituir o Estado sobretudo na implementação de políticas públicas e sociais, como no caso da assistência.

Assim, a relação entre sociedade civil e Estado, no Brasil, passou a ser regulamentada, em 2014, pela Lei nº 13.019, como Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC)³, colocando as parcerias público x privado na agenda política mais ampla, tendo, como desafio, aperfeiçoar jurídica e institucionalmente as (OSCs), em suas formas de conveniamento.

Segundo a MROSC⁴, um novo regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações, por meio de novos instrumentos jurídicos, passa a ser estabelecido: “os termos de Fomento e de Colaboração, no caso de parcerias com recursos financeiros, e o Acordo de Cooperação, no caso de parcerias sem recursos financeiros. A nova lei impacta as relações entre poder público e OSCs, em todo o país” (2016, p. 11).

³ Atualizada pela Lei nº.13.024, em julho de 2015.

⁴ Entrou em vigor, em 23 de janeiro de 2016, na União, nos Estados e no Distrito Federal. Nos municípios, em 1º de janeiro de 2017.

A sua implementação estimula a gestão pública democrática nas diferentes esferas de governo e valoriza as organizações da sociedade civil como parceiras do Estado, na garantia e na efetivação de direitos, ao mesmo tempo em que amplia suas capacidades de atuação e incorpora muitas de suas pautas à agenda pública. É importante enfatizar que, segundo a referida lei, as organizações da sociedade civil são todas sem fins lucrativos e não necessitam possuir títulos ou certificações específicas. Englobam o conceito de OSCs para fins desta Lei: “as associações e fundações, as cooperativas sociais e as que atuam em prol do interesse público e as organizações religiosas” (LEI 13.019/14).

É preciso enfatizarmos que as entidades socioassistenciais precisam estar em conformidade com a LOAS, a PNAS e a Tipificação dos Serviços Socioassistenciais, reguladas pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), de modo que se possa garantir a qualidade dos serviços ofertados, bem como a garantia dos direitos e da cidadania aos usuários, isto é, não deve ser feita só a prestação de um serviço.

Assim, as entidades precisam estar inscritas nos Conselhos de Assistência Social, não apenas para obterem regulamentação, mas, também, para serem fiscalizadas e acompanhadas, como preconiza o Art. 10º da LOAS, que diz: “A União, os Estados, os Municípios e o Distrito Federal podem celebrar convênios com entidades e organizações de Assistência Social, em conformidade com os Planos aprovados pelos respectivos Conselhos” (BRASIL, 1993).

A MROSC, apesar de regulamentar a relação público x privado, acaba por reforçar a ideia de que o Estado, por si só, não atende às demandas da população, não conseguindo efetivar a Assistência como política pública.

2.3 A proposta investigativa

A aproximação com objeto de estudo da pesquisa em questão tem, como ponto de partida, nossa trajetória como conselheira da Política de Assistência Social, representante do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense (SSC-UFF), em Campos dos Goytacazes⁵-RJ, segmento da sociedade civil e entidade formadora de profissionais da área social, junto ao Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) dessa cidade, desde 2004.

As experiências vivenciadas, ao longo desta década, como conselheira, estão expressas na tese doutorado em Serviço Social, defendida em maio de 2017⁶, quando

5 Campos dos Goytacazes é um importante município da região Norte-Fluminense, que, historicamente, constitui-se como um forte centro político e econômico do estado do Rio de Janeiro e do país, desde o período colonial, quando foi referência para o Brasil e, posteriormente, por ser a maior bacia petrolífera do país. É um município do interior do Rio de Janeiro, com uma população estimada, em 2016, de 487.186 habitantes, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Possui extensão territorial de 4.026.696 km² (divida em 15 distritos), e está situado entre duas importantes capitais da região Sudeste, a 280 km do Rio de Janeiro (RJ) e a 245 km de Vitória (ES).

6 Tese intitulada “Os Consensos e Dissensos na participação da sociedade civil no processo de controle social: um estudo de caso dos interesses em disputa no Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) de Campos dos Goytacazes/RJ”, junto ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGSS/UERJ).

pesquisamos a participação da sociedade civil no processo de controle social da Assistência Social. O resultado desse trabalho nos despertou para outras questões, o que nos levou à elaboração de um novo projeto de pesquisa. Foi a partir do reconhecimento e da relevância que as entidades socioassistenciais têm na prestação de serviços e de ações que visam complementar a atuação do Estado, como alternativa de atendimento à crescente demanda da Assistência Social no município de Campos dos Goytacazes, antes mesmo da existência da LOAS, que nos voltamos, nesse momento⁷, a pensar o papel dessas frente à responsabilidade do Estado na garantia dos direitos sociais. A princípio, eram entidades tradicionais do município que só praticavam a filantropia e, por isso, recebiam “ajuda” financeira do poder público municipal para atender a população carente do município.

Segundo Dowbor (2008), antes de 1988, havia uma forma individualizada de conceder subvenções e de estabelecer convênios entre as agências estatais e as entidades filantrópicas, fato que reforçou a dinâmica de contatos individuais, não estabelecendo, dessa forma, nenhuma forma de ação coletiva por parte das entidades. Essa intermediação obscurecia a figura do Estado, que tampouco possuía, no setor de Assistência, um arcabouço institucional suficiente para se fazer presente na vida das pessoas, a não ser pela via da Lei Brasileira de Assistência.

Essas instituições tornaram-se as entidades socioassistenciais que, no processo de reforma do Estado promovido ao longo da década de 1990, foram buscando enquadrar-se legalmente, para continuarem com parceiras com o Estado e, assim, promovendo ações “gratuitas” na área de Assistência Social e em tantos outros setores públicos como cultura, educação e saúde. Especificamente em Campos dos Goytacazes, atribuímos à expansão da produção petrolífera, em âmbito regional, a ação que propiciou o aumento no volume dos royalties recebidos pela prefeitura, na segunda metade dos anos 1990, como o fator responsável pelo surgimento de dezenas de Organizações da Sociedade Civil (OSCs), que passaram a buscar inscrição no CMAS, com propósito de estabelecer parcerias por convênios públicos.

Essa sociedade civil conclamada como OSCs, que se dirigia ao CMAS, no cumprimento das exigências legais, é apontada por Nogueira (2003, p. 224) como “sociedade civil liberal”, cujo interesse está em “promover saques aos fundos públicos ou privados com vistas à maximização dos interesses particulares, corporativos”.

Após a promulgação da LOAS, as entidades assistenciais passaram a circunscreverem-se no Conselho Nacional de Assistência Social, em busca da regulamentação jurídica, cuja concessão de certificado de filantropia lhes conferia (e ainda o faz) uma série de isenções. Ainda conforme o Artigo 9º da LOAS, o funcionamento das entidades e organizações de Assistência Social depende da prévia inscrição no Conselho de Assistência Social. Isso fez com que, nas quatro primeiras gestões do CMAS (1996-2004), houvesse uma “corrida” por novas entidades em busca de inscrição no conselho.

⁷ Projeto aprovado pelo SSC/UFF em março de 2018.

A existência das entidades socioassistenciais, na composição da rede socioassistencial local, reafirma a forte relação público x privado na implementação da política de Assistência Social, em Campos, ainda que sob mecanismos reguladores mais rigorosos como a Tipificação e a MROSC.

Desse modo, cumpre a nossa pesquisa conhecer, investigar e analisar a relação público x privado no município de Campos dos Goytacazes, via CMAS, a partir de algumas questões suscitadas empiricamente: qual é o perfil das entidades socioassistenciais privadas que compõem a rede pública da Assistência Social em Campos? Como essas se vêm reordenando e se adequando à Tipificação dos Serviços Socioassistenciais? Qual o impacto da MROSC no processo de conveniamento das entidades socioassistenciais? Como se dá a relação público x privado na garantia da Assistência Social como direito, em Campos dos Goytacazes?

A pesquisa se deterá ao mapeamento das entidades socioassistenciais inscritas no CMAS e conveniadas ou que tiveram convênios com referido conselho, a partir de 2010, quando se começa a implementação da Tipificação dos serviços socioassistenciais e a necessidade de seu reordenamento. Esperamos, com este, um levantamento de dados que possibilite a construção do conhecimento numa dimensão coletiva e que permita a compreensão da relação público x privado no município em questão.

Por meio de uma abordagem qualitativa que, segundo Godoy (1995, p. 21), possibilita a apreensão de um fenômeno no contexto em que esse ocorre e do qual faz parte, devendo ser analisado a partir das perspectivas das pessoas nele envolvidas e podendo ser conduzido sob diversos caminhos. Buscamos, assim, a possibilidade de poder lidar com uma variedade maior de evidências, o que, também, contribuiu para a escolha desse método de pesquisa, por meio de múltiplas formas de obtenção de dados, entre elas entrevistas e análises documentais.

Não buscamos o real a partir de uma descrição ou de fatos já contados, mas, sim, de experiências concretas que se constituem de olhares e significados, atribuídos por sujeitos que nelas se inserem não como expectadores, mas como parte constitutiva de um processo que envolve a trajetória das entidades socioassistenciais.

3 | CONCLUSÃO

O reordenamento das entidades tornou-se uma exigência legal da Tipificação, que passou a requerer tanto por parte dos gestores públicos da Assistência Social, quanto das entidades socioassistenciais uma ampla readequação de suas estruturas e dos serviços ofertados, de modo a garantir a Assistência como política pública de direito e de qualidade.

Nesse processo, a relação de parceria entre as Organizações Sociais e o Estado, colocada na agenda política do projeto neoliberal, ganha um reforço jurídico por meio do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil, que veio para consagrar,

legalmente, as formas de colaboração entre as organizações da sociedade civil (OSCs) e o Estado.

Assim, pensar o processo de reordenamento das instituições privadas a partir da Tipificação dos Serviços socioassistenciais e das suas formas de adequação às exigências da MROSC tornou-se uma necessidade para a pesquisadora tanto como docente, quanto como conselheira do CMAS. Portanto esta pesquisa, que se encontra em fase de levantamento bibliográfico, necessária para a construção de um estudo com características específicas, pretende contribuir para o conhecimento da Assistência Social, como política pública, sob os limites do Estado capitalista.

REFERÊNCIAS

- BARRETO, K. R. M. **Os Consensos e dissensos na participação da sociedade civil no processo de controle social**: um estudo de caso dos interesses em disputa no Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) de Campos dos Goytacazes/RJ. 359 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.
- BRASIL. Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá providências. **Diário Oficial da União**. Poder Executivo, Brasília, 25 jul. 1993.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília: MDS, 2004. Disponível em: http://www.mds.gov.br/secretarias/pnas_final.pdf. Acesso em: 10 fev. 2018.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Norma Operacional Básica do SUAS – 01/2005**: construindo as bases para implantação do Sistema Único de Assistência Social. Brasília: MDS/SNAS, 2005. Disponível em: http://www.mds.gov.br/NOB_3.pdf. Acesso em: 28 fev. 2018.
- BRASIL. Conselho Nacional de Assistência Social. **Orientação acerca dos conselhos e do controle social da política pública de Assistência Social**. Brasília: CNAS, 2005.
- BRASIL. Conselho Nacional de Assistência Social. Resolução nº 109, de 10 de novembro de 2009. Aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. **Diário Oficial da União**. Poder Executivo, Brasília, 11 nov. 2009.
- DOWBOR. L. O que é poder local? 2008. Disponível em: <http://www.dowbor.org/08podlocal.doc>. Acesso em: 17 maio 2018.
- GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas**, v. 35, n. 2, p. 57-63, 1995.
- GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- LANDIM, L. **As Organizações Não-Governamentais no Brasil**. Rio de Janeiro: ISER, 1988.

MAURIEL, A. P. O. Pobreza, seguridade e Assistência Social: desafios da política social brasileira. **Katálisis**, Florianópolis, v. 13, n. 2, p. 173-180, jul./dez. 2010.

MONTAÑO, C. Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

MONTAÑO, C.; DURIGUETTO, M. L. **Estado, classe e movimento social**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MOTA, Ana Elizabete. Serviço Social e Seguridade Social: uma agenda recorrente e desafiante. **Em Pauta: Teoria Social & Realidade Contemporânea**, Rio de Janeiro, n. 20, p. 127-138, 2007.

NOGUEIRA, M. A. As três ideias de sociedade civil, o Estado e a politização. *In*: COUTINHO, C. N. TEIXEIRA, A. de P. **Ler Gramsci: entender a realidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 215-234.

TEIXEIRA, R. V. **A Assistência Social e a rede socioassistencial: o público e o privado na garantia de direitos na cidade de Niterói-RJ**. 142 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2014.

SIMIONATTO, I. **GRAMSCI: sua teoria, incidência no Brasil, influência no Serviço Social**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1999.

YASBEK, M. C. Assistência Social na prática profissional: histórias e perspectivas. **Serviço social e Sociedade**, São Paulo, n. 8, 2006.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Acreditação 12, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219

Adolescentes 9, 12, 69, 107, 108, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 196

Assistência Social 9, 11, 12, 12, 34, 35, 36, 40, 41, 47, 67, 72, 77, 104, 105, 106, 107, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 117, 118, 119, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 134, 135, 136, 140, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 162, 163, 164, 165, 166, 182, 185, 186, 198, 240

Ato infracional 12, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 191, 192, 193

C

Calidad 209, 210, 212, 215, 217, 218, 219, 226

Cidadania 27, 31, 32, 40, 55, 107, 117, 123, 140, 144, 157, 158, 162, 176, 182, 195, 196, 200, 201, 206

Comunicação 11, 35, 36, 64, 66, 67, 68, 69, 71, 72, 73, 74, 89, 90, 91, 93, 95, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103

Conselhos 11, 9, 22, 130, 131, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 162, 165, 181, 187, 196

Controle Social 24, 55, 69, 71, 73, 74, 77, 106, 116, 130, 131, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 156, 162, 163, 165, 181, 187, 192

Cuidado 23, 26, 42, 43, 44, 46, 49, 50, 63, 65, 66, 70, 71, 73, 74, 89, 93, 94, 98, 100, 101, 102, 127, 184, 240

D

Desafios 10, 11, 5, 6, 7, 10, 14, 16, 18, 29, 36, 39, 41, 42, 78, 88, 97, 100, 101, 104, 106, 109, 112, 113, 118, 121, 128, 137, 140, 148, 153, 166, 177, 185, 206

Direitos 9, 10, 1, 4, 5, 7, 9, 11, 12, 15, 17, 18, 21, 25, 27, 28, 34, 36, 40, 42, 45, 46, 47, 49, 54, 58, 60, 61, 64, 71, 72, 73, 76, 77, 80, 81, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 110, 115, 116, 117, 118, 120, 121, 123, 124, 126, 127, 128, 130, 131, 132, 135, 136, 137, 139, 140, 143, 144, 145, 146, 147, 149, 152, 153, 154, 159, 162, 163, 166, 171, 175, 177, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 195, 198, 199, 200, 201, 202, 204, 205, 206, 208, 240

E

Educação 9, 12, 4, 7, 9, 10, 13, 17, 18, 26, 28, 34, 36, 41, 47, 50, 54, 57, 58, 69, 82, 84, 93, 101, 102, 103, 105, 112, 123, 125, 135, 136, 148, 150, 163, 167, 168, 169, 170, 173, 175, 176, 177, 188, 189, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208

Estado 9, 12, 2, 3, 4, 7, 9, 11, 13, 14, 17, 21, 25, 26, 29, 34, 35, 36, 37, 39, 45, 46, 47, 48, 49, 52, 53, 54, 55, 56, 62, 63, 68, 69, 73, 74, 77, 82, 84, 89, 90, 105, 106, 107, 108, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 117, 118, 119, 121, 122, 127, 128, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 143, 144, 145, 147, 151, 152, 154, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 170, 171, 172, 174, 175, 176, 177, 180, 181, 182, 184, 186, 188, 189, 190, 191, 192, 195, 196, 198, 200, 203, 209, 211, 214, 218, 222, 225, 226, 227, 230

F

Formação 12, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 224, 227, 229, 230, 234

G

Gênero 3, 8, 10, 11, 12, 17, 21, 23, 25, 26, 29, 30, 37, 70, 74, 76, 79, 87, 88, 142, 143, 151, 152, 155

Grupo 9, 20, 23, 31, 32, 40, 47, 53, 57, 71, 75, 76, 77, 78, 83, 105, 111, 133, 134, 138, 148, 149, 150, 151, 153, 156, 159, 161, 187, 221, 223, 232, 234, 237, 238, 239

I

Investigação Social 13, 214, 216, 232, 233, 234, 235

L

Lei 5, 12, 34, 40, 43, 56, 57, 58, 62, 80, 81, 87, 90, 95, 98, 99, 102, 103, 107, 112, 118, 119, 123, 128, 137, 145, 155, 157, 161, 162, 163, 165, 176, 177, 180, 181, 182, 191, 192, 195, 196, 197, 198, 199, 203, 207

M

Mulheres 9, 11, 12, 7, 22, 23, 26, 35, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 142, 143, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 240

N

Neoconservadorismo 12, 13, 19, 21, 22, 28, 29, 30

P

Pesquisa 9, 10, 11, 5, 7, 13, 19, 20, 22, 23, 25, 26, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 50, 52, 53, 58, 61, 63, 66, 67, 69, 75, 76, 77, 78, 82, 86, 87, 88, 92, 93, 94, 101, 104, 105, 110, 115, 117, 120, 122, 129, 130, 131, 143, 147, 149, 150, 151, 152, 154, 156, 157, 160, 162, 163, 164, 165, 167, 168, 176, 179, 183, 192, 207, 240

Pobreza 35, 36, 106, 107, 108, 109, 111, 112, 116, 120, 123, 126, 127, 129, 142, 151, 152, 153, 154, 155, 158, 166, 180, 221

Política 9, 10, 12, 2, 3, 4, 5, 9, 11, 20, 21, 25, 26, 27, 29, 30, 31, 32, 34, 35, 36, 37, 39, 40,

41, 43, 46, 47, 49, 50, 52, 53, 55, 57, 58, 60, 61, 62, 74, 76, 84, 87, 88, 99, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 115, 116, 117, 118, 119, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 130, 133, 134, 135, 136, 137, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 151, 152, 153, 154, 155, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 164, 165, 166, 167, 171, 172, 175, 176, 177, 178, 181, 184, 187, 189, 190, 192, 195, 197, 203, 205, 207, 222, 224, 225, 226, 228, 230, 240

Políticas Sociais 2, 4, 31, 32, 40, 41, 49, 117, 119, 132, 136, 141, 144, 240

Privado 9, 12, 29, 59, 85, 126, 135, 143, 156, 157, 160, 161, 162, 164, 166, 175, 177, 196, 228

Projeto Ético Político 3, 9, 15

Proteção Social 34, 35, 41, 58, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 111, 113, 118, 131, 132, 142, 143, 144, 148, 153, 156, 157, 159

Público 9, 12, 4, 26, 29, 32, 33, 34, 35, 50, 57, 59, 66, 69, 92, 97, 100, 109, 115, 116, 118, 119, 121, 122, 124, 126, 135, 137, 147, 150, 151, 152, 153, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 166, 174, 175, 177, 186, 189, 190, 192, 195, 196, 206, 220

R

Religião 19, 20, 21, 23, 25, 26, 29, 30

Rio de Janeiro 8, 26, 30, 41, 49, 50, 56, 62, 63, 64, 74, 75, 87, 88, 96, 103, 104, 105, 106, 109, 110, 113, 118, 119, 128, 129, 141, 162, 165, 166, 167, 177, 178, 192, 194, 240

S

Saúde 9, 10, 11, 4, 12, 20, 30, 36, 37, 38, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 67, 69, 70, 71, 74, 75, 77, 82, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 105, 107, 120, 122, 125, 126, 127, 135, 136, 141, 144, 148, 150, 151, 163, 182, 186, 188, 198, 240

Serviço Social 2, 9, 10, 11, 1, 2, 3, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 35, 36, 40, 41, 42, 43, 45, 46, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 58, 59, 60, 62, 63, 64, 66, 67, 68, 71, 72, 74, 75, 76, 88, 104, 105, 117, 118, 119, 128, 129, 140, 141, 155, 156, 162, 165, 166, 177, 178, 207, 240

Sistema Prisional 9, 194, 195, 196, 197, 199, 200, 201, 203, 204, 205, 206

Suas 9, 11, 4, 6, 7, 8, 11, 15, 16, 20, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 41, 43, 45, 46, 48, 57, 58, 66, 68, 69, 70, 71, 74, 76, 77, 79, 80, 81, 82, 87, 88, 90, 105, 106, 107, 108, 109, 111, 112, 113, 115, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 133, 134, 135, 136, 142, 143, 144, 146, 147, 148, 149, 151, 152, 153, 154, 155, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 164, 165, 168, 169, 172, 173, 175, 186, 187, 188, 189, 197, 199, 200, 201, 206

T

Trabajo Social 12, 220

Trabalho 9, 10, 1, 2, 3, 4, 5, 7, 8, 9, 10, 11, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 25, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 35, 36, 37, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 54, 55, 58, 60, 61, 64, 66, 67, 72, 73, 74, 76, 78, 79, 80, 81, 82, 84, 85, 86, 88, 97, 98, 99, 100, 101, 104, 105, 106, 107, 108, 110, 111, 112, 114, 115, 116, 117, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 134, 140, 141, 143, 146, 147, 148, 150, 153, 154, 156, 159, 163, 167, 168, 169, 170, 173, 176, 177, 178, 180, 183, 192, 194, 195, 196, 199, 200, 204, 205

Transplante 10, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63

O Serviço Social e a Superação das Desigualdades Sociais 2

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

O Serviço Social e a Superação das Desigualdades Sociais 2

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 